



## **Decisão 01634/2023-8 - 2ª Câmara**

**Processo:** 02064/2023-1

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPASIC - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Iconha

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** LAUROMIR GOBETI

**ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA  
– DOCUMENTO PRODUZIDO ELETRONICAMENTE –  
REMESSA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DO  
SISTEMA *CIDADES* NORMALIZADA PELA IN TC  
68/2020 – REGISTRAR – DETERMINAÇÃO –  
CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, observada a normatização pela IN TC 68/2020 do processo eletrônico produzido pelo sistema *CidadES*, impõe o registro do ato em apreço, ante a sua regularidade, com expedição de determinação.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA  
SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, concedida ao servidor em epígrafe, a partir de **1º/9/2022**, por meio do **Decreto Individual 6908/2022**, homologado pela **Portaria 715/2022**, com supedâneo no art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional 41/2003 c/c o art. 2º, da Emenda Constitucional 47/2005 e art. 10, § 7º, da Emenda Constitucional 103/2019, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012, documentação probatória produzida eletronicamente com base nos dados encaminhados na “Remessa Concessão de Benefícios” 10/2022, normatizada pela IN TC 68/2020.

A área técnica, através do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 01194/2023-6, opinou pelo **REGISTRO** do ato, expedição de determinação ao Órgão de Origem e posterior arquivamento dos autos.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, nos termos do Parecer 02396/2023-2, em consonância com o posicionamento da área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **VOTO**

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

O interessado aposenta-se no cargo de Oficial Administrativo, Carreira “VI”, Classe “H”, do Quadro de Pessoal do Município de Iconha, contando com 38 anos, 3

meses e 4 dias de serviço/contribuição, sendo os proventos fixados no valor de R\$ 6.920,78 (seis mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos).

Conforme menciona a Instrução Técnica Conclusiva, tratam os autos de processo eletrônico ingressado neste Tribunal de Contas por meio da remessa “Concessão de Benefícios” feita e homologada pelo sistema *CidadES*, conforme regulamentado pela IN TC 68/2020, constituindo-se em documento produzido eletronicamente com base nos dados encaminhados na remessa 10/2022 homologada em 21/11/2022 pela UG IPASIC, na forma definida na IN 68/2020, tendo o sistema *CidadES* procedido a verificações eletrônicas pelas quais é possível garantir que o ato concessório da aposentadoria em análise cumpriu os requisitos legais mínimos, bem como de que os parâmetros adotados para o cálculo dos proventos denota-se em conformidade com os critérios legais que norteiam a concessão do benefício.

Da análise do feito, entendo assistir razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

Afinal, conforme assentado nos termos da análise técnica, os dados homologados no Sistema *CidadES* evidenciam a regularidade do benefício em apreço.

## **2. DO DISPOSITIVO:**

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove o seguinte teor de **Decisão** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

Relator

## **1. DECISÃO TC- 1634/2023-8**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. REGISTRAR** o **Decreto Individual 6908/2022**, homologado pela **Portaria 715/2022**, que concedeu aposentadoria ao Sr. **Lauromir Gobeti**, a partir de **1º/9/2022**, com proventos fixados no valor de **R\$ 6.920,78** (seis mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos);

**1.2. DETERMINAR** ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC que colacione ao registro funcional do servidor aposentando cópia desta Decisão;

**1.3. DAR CIÊNCIA** aos interessados.

**1.4. ARQUIVAR** os presentes autos, após o respectivo trânsito em julgado.

**2.** Unânime.

**3.** Data da sessão: 07/06/2023 - 20ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

**4.** Especificação do quórum:

**4.1.** Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**4.2.** Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

**5.** Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**